

## A propósito do “achamento” do Brasil

DÁRIO MOREIRA DE CASTRO ALVES (\*)

Estamos a dois anos apenas de ver completar-se meio milênio da descoberta do Brasil. Há 498 anos, em 9 de março, partia de Lisboa, para consolidar o comércio com as Índias, uma frota de treze embarcações comandada pelo Almirante Pedro Álvares Cabral. Era uma grande e forte esquadra, em artilharia, munições e mantimentos, e transportava 1.500 homens dentre os quais 20 degredados que deviam ser deixados em terras estranhas. Se por caso, ou intencionalmente – questão polêmica em que há defensores de um e outro lado – o fato é que a 22 de abril, 44 dias depois de iniciada a viagem, os homens da frota avistaram a terra brasileira. Na carta de Pêro Vaz de Caminha, escrivão-mor da guarnição, se conta com pormenores o primeiro encontro dos portugueses com os habitantes da nova terra logo após seu “achamento”. A primazia desse primeiro enlace entre portugueses e “brasileiros” coube a Nicolau Coelho, de Felgueiras – que em 1988 o homenageou com um busto em praça pública. Não houve fala, diz Pêro Vaz de Caminha, nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. No encontro, Nicolau Coelho deu aos silvícolas da Terra de Santa Cruz um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um chapéu preto. Em troca, um dos autóctones deu ao navegador português “um sombreiro de penas de aves compridas, com uma capazinha pequena de penas vermelhas e pardas como as de papagaios, e outro lhe deu uma ramal grande de continhas brancas miúdas...”

É corrente a reflexão de que foi único e singular o processo de colonização do Brasil, e muito especialmente, o de sua independência em 1822. Antes de tudo, digamos com Hernani Cidade que na

---

(\*) Embaixador brasileiro aposentado, residente em Lisboa, Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo da Língua Portuguesa e Sócio Correspondente do Instituto do Ceará.

“quarta parte nova”, que é o Brasil na referência de Camões em *Os Lusíadas*, os portugueses araram os campos. Assumiram-se como agricultores, e não apenas como comerciantes, o grande papel desempenhado naqueles tempos, à parte a supremacia na arte da navegação. Em segundo lugar, foi intensa a miscigenação de raças havidas no processo de colonização do Brasil, objeto de pesquisas, estudos e doutrina por parte de Gilberto Freire (o luso-tropicalismo). E finalmente, a afirmação que pode ser feita no sentido de que nenhuma outra metrópole européia – nem Espanha, Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Itália em diferentes épocas – teve tal intimidade e entrelaçamento com a terra colonizada como Portugal em relação ao Brasil. Se não vejamos: 1) a própria Corte portuguesa se instalou no Brasil colonial por um período de treze anos, de 1808 a 1821; 2) o Brasil foi declarado, oito anos antes da independência, em 1816, parte do Reino Unido de Portugal e Algarves; 3) uma Rainha de Portugal (D. Maria I) faleceu no Brasil; 4) um Rainha de Portugal (D. Maria II) nasceu no Brasil; 5) um Príncipe português proclamou a independência do Brasil; 6) um Rei de Portugal foi aclamado Rei no Brasil (D. João VI, 1816); 7) um Rei de Portugal foi reconhecido em tratado como Imperador do Brasil (D. João VI, 1825); 8) uma carta constitucional de Portugal foi outorgada por um Imperador do Brasil (29 de abril de 1826); 9) um Imperador do Brasil veio a ser Rei de Portugal (D. Pedro IV).

Acedeu o Brasil à Independência no primeiro quartel do século passado quando surgiram, com o desmoronamento e fragmentação do império espanhol nas Américas, nada menos de doze nações soberanas (que mais tarde vieram ser dezoito), em função dos ventos emancipacionistas que sopraram no que é hoje a América Latina, na esteira da Revolução Americana, da Revolução Francesa e do fenômeno napoleônico. O processo da independência do Brasil foi diferente, não se deu como fruto de uma guerra como na América espanhola. Analisado hoje, serenamente, numa perspectiva ampla, até como se não houvésemos sido protagonistas dos acontecimentos de 1822, tudo de fato foi muito singular. Dentre os membros da Corte do Príncipe Regente que se transmudou para o Brasil em 1808, estava um filho, Pedro, que ao chegar à nova sede do Reino contava com apenas 10 anos de idade. O Príncipe criança se apaixonou pelo

país de sua nova morada, que de fato amava em sua adolescência e mocidade. Quando o pai deixou o Brasil, treze anos depois, o Príncipe lá permaneceu com a idade de 23 anos. Um ano depois, espicaçado por patriotas brasileiros e em luta contra as Cortes de Lisboa, proclamou a independência daquela parte do Reino. Parece que tudo se previa, a julgar pela frase de despedida de D. João VI ao partir do Rio de Janeiro: dizia ao filho que pusesse um dia a coroa em sua cabeça antes de que algum aventureiro lançasse mão dela. Mas as coisas não foram tão simples. O Príncipe de 24 anos, ao proclamar a emancipação daquela grande parte do Reino, desafiou a Metrópole, as Cortes de Lisboa, o Augusto Pai, como o chamava em cartas e proclamações, em suma, o próprio sistema mundial de poder da época. Acresce ainda que o Príncipe era casado havia cinco anos com D. Maria-Leopoldina-Josefa-Carolina, Arquiduquesa de Áustria, uma Habsburgo, núcleo central da Santa Aliança, ou a Aliança das Monarquias concebida com o objetivo de preservar o predomínio da legitimidade do poder monárquico.

Sem dúvida o processo de independência dentro do regime monárquico originado de Portugal foi fator de fundamental importância para a manutenção da unidade territorial do Brasil como nação soberana. Assinale-se o grande sonho de Bolívar de uma América unida, independente da Espanha, e por outro lado a fragmentação do império espanhol.

\*\*\*\*\*

Disse Jaime Cortesão que, quando se fala das influências da cultura portuguesa no Brasil, não se tem a idéia exata da amplitude e profundidade dessa realidade, sempre viva e onipresente. Longe de manifestar-se isoladamente neste ou naquele setor, ela penetrou durante séculos e plasmou desde as origens a cultura brasileira em seus múltiplos aspectos: na administração, na economia, nas técnicas, nos costumes, nas artes populares, na religião e, mais que tudo, na linguagem, onde todo aquele patrimônio se reflete e perdura. O índio e o negro contribuíram em larga escala para essa cultura, como ontem e hoje também outros povos. Mas desde os Quinhentos, através de quase cinco séculos, todas as contribuições foram subsidiárias e vazaram-se no molde lusitano. Lusitano, nos seus casos mais típicos. E não ibérico ou europeu.